

DEMOCRACIA À LA CARTE: O MENU QUE O LETRAMENTO INSTITUCIONALIZADO BRASILEIRO TEM OFERECIDO

RONIEL PANIAGO-LIMA¹

SILVIO RIBEIRO DA SILVA²

RESUMO: Este artigo tem por objeto os discursos de Estado e de Governo sobre a família e uma atividade de um livro didático de Inglês (LDI). No Brasil, identifica-se que o discurso de Estado está voltado à perspectiva da pluralidade. Já o discurso de Governo parece oposto a isto. Assim, este artigo tem por objetivo: a) contrastar os discursos de Estado e de Governo, associando à atividade apresentada; b) verificar se o letramento institucionalizado do governo favorece a criticidade. Para o tratamento dos dados, utilizamos a análise de conteúdo. Os dados mostram que o discurso apresentado pelo letramento institucionalizado governamental não favorece a multiplicidade de formas de organização familiar.

Palavras-chave: Democracia. Discurso. Letramento institucionalizado

ABSTRACT: This paper studies Government and State discourses about family and, an exercise from English Textbook (ET). In Brazil, it is possible to observe that state discourse is focused to perspective of plurality. However, government discourse seems to be opposite state speech. Then, this article aims: a) comparing the state and government discourses, relating with the choosen exercise; b) verifying if the institutionalized literacy, used by government, supports to critical thinking. To analyse the datas, we used Content Analyse. The datas show the speech used by government institutionalized literacy does not allow the multiplicity of familiar organization.

Keywords: Democracy. Discourse. Institutionalized literacy.

ESPRESSO³

Tfouni e Monte-Serrat (2010, p. 99) afirmam que “[...] a linguagem não tem um só sentido, mas passa por um percurso social, ideológico e psíquico, admitindo vários sentidos [...]”. Assim, no depósito de possíveis sentidos das palavras, as instituições podem funcionar impondo um sentido dominante ao discurso. Vale sempre lembrar que a linguagem tem como uma de suas características ser sempre dispersa e contraditória em sua significação.

Atualmente, enquanto o Estado apresenta um discurso que valoriza as variadas possibilidades do pensamento, propondo o respeito às ideologias existentes, parece-nos que o

¹ Mestre em Educação. Docente na FGI – Faculdade de Gestão e Inovação/Jataí Goiás. ronipaniago@gmail.com

² Doutor em Linguística Aplicada. Professor Adjunto 4 na Universidade Federal de Jataí. shivonda@gmail.com

³ Num *menu*, o ‘Espresso’ contém produtos prévios à refeição principal, quais sejam: café, *cappucino*, por exemplo. Por essa razão, optei por substituir o termo ‘Introdução’ por ‘Espresso’, conforme a forma composicional do gênero *menu*.

discurso governamental atual se sobrepõe à diversidade de ideias e objetiva impor um sentido dominante acerca de alguns temas, dentre elas a família.

O título deste artigo se refere à forma como a compreensão de democracia tem sido “ofertada” pelo Governo Federal atual com base, principalmente, nos discursos presidenciais. Com isso, haveria possivelmente um retrocesso no respeito às diferenças na organização familiar.

O problema da pesquisa que originou este artigo está envolto à proposta de democracia presente nos letramentos de Estado e do Governo atual. Os discursos apresentados parecem se diferenciar a respeito da ideia de reconhecimento e aceitação de diversificadas formas de pensamento sobre a família. Desta forma, explorando um pouco mais o título deste artigo, ‘Democracia à *La Carte*: O *Menu* que o letramento institucionalizado brasileiro tem oferecido’, nossa intenção é entender sobre qual proposta de democracia é mais favorável na perspectiva da dignidade da pessoa humana: de Estado ou de Governo?

Para alcançar os objetivos propostos, fizemos uso da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência para verificar o discurso do Estado. Além disso, selecionamos trechos de pronunciamentos do atual Presidente da República do Brasil, em 4 (quatro) discursos oficiais, disponibilizados no sítio eletrônico do Palácio do Planalto.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e para a geração dos dados utilizamos como metodologia de pesquisa as abordagens bibliográfica e documental. Na classificação da técnica de análise de dados, fizemos uso da análise de conteúdo de Bardin ([1977] 2016). Este método possui como objeto a palavra, encarada não somente do ponto de vista textual (BARDIN, [1977] 2016, p. 43). Isso significa que a análise de conteúdo examina como a língua é utilizada na prática, indo além do meramente textual, alcançando o discurso.

Será analisado um dado sobre a família. O conteúdo foi extraído do livro didático de Língua Inglesa para os anos finais do Ensino Fundamental, *Time to share*, de Gisele Aga e Vicente Martinez, da Editora Saraiva Educação, 1ª edição – 2015, segunda coleção mais distribuída no país pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2017. Os resultados são organizados e sistematizados em argumentações.

1 MEALS⁴

1.1 Estado

A primeira entrada no *menu* que estamos apresentando é o Estado. Sobre ele, Dalari (1998, p. 20) afirma que

[...] Os agrupamentos humanos caracterizam-se como sociedades quando tem um fim próprio e, para sua consecução, promovem manifestações de conjunto ordenadas e se submetem a um poder, e no tocante à sociedade humana, globalmente considerada, verificamos que o fim a atingir é o bem comum [...]

Reale (2000, p. 9) expõe que “[...] o Estado é uma realidade cultural, isto é, uma realidade constituída historicamente em virtude da própria natureza social do homem [...]”. A formação do Estado é marcada por enorme complexidade, envolvendo aspectos geográficos, étnicos, militares, econômicos.

De uma sociedade impulsionada à associação natural e na convivência com os semelhantes, respaldada na vontade dos indivíduos, a formação de grupos para a execução de tarefas no contexto social favoreceu o surgimento de uma coletividade cada vez mais complexa. Segundo Dalari (1998), isso significa que os membros da sociedade passaram a ter ações reiteradas, objetivando o bem comum entre os indivíduos, buscando estabelecer a ordem, destacando que os fatos ocorridos na sociedade influenciam na formação e alteração das ideias, compreendendo que a realidade social é complexa e resulta de elementos históricos, sociais e culturais.

Lopes (2010) diz que, nos estudos das sociedades humanas, o ‘Estado’ é a coletividade se organizando para o bem comum. Este Estado, além de estar disposto numa determinada base territorial, se organiza de forma político-jurídica e impõe sua vontade com o propósito de realizar o bem público. O autor expõe que o Estado tem uma formação natural e uma contratual, tendo em sua gênese a evolução iniciada em Estado Antigo (Teocrático), Estado Grego, Estado Romano, Estado Medieval e Estado Moderno, cada qual com suas características próprias.

⁴ Num *menu*, ‘Meals’ contém produtos a serem consumidos na refeição principal num restaurante, por exemplo. Por essa razão, optei por substituir o termo ‘Desenvolvimento’ por ‘Meals’, conforme a forma composicional do gênero *menu*.

Lopes (2010) apresenta diferentes tipos de Estados compostos. Dentre eles, a confederação e a federação. A primeira se dá quando Estados independentes se unem, sem qualquer restrição; a segunda acontece quando vários Estados se unem, porém há perda da soberania em favor de um poder central. O Brasil é uma federação.

Torres (2017, p. 114) expõe que “[...] existem no Estado três poderes ativos e formidáveis que são: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O Homem que os exerce muitas vezes coloca seus males compreendidos interesses particulares acima dos interesses do bem público [...]”.

Lopes (2010, p. 11) afirma que há “[...] três elementos do Estado: povo ou população, o território e o governo [...]”, este último é a próxima entrada no *menu*.

1.2 Governo

Como dito há pouco, a segunda entrada no *menu* é o Governo. Já colocamos aqui que o governo é considerado um dos elementos do Estado. Para trazer algumas classificações clássicas da ideia de Governo, de início, ressaltamos que não pretendemos, com isso, afirmar ser uma mais importante do que outra, afinal de contas, é preciso considerar a realidade política, social e cultural de cada época.

Lopes (2010) ensina que no Estado e na democracia moderna a ideia de governo surge a partir de lutas contra o absolutismo. Assim, movimentos, tais como a revolução inglesa, a revolução americana e a revolução francesa, favoreceram a noção de Estado democrático. Mas, afinal de contas, é possível conceituar o termo ‘governo’?

Chatelet; Duhamel; Pisier-Kouchner (1990, p. 71) dizem que

[...] o governo, ‘erradamente confundido com o soberano’ (já que ele é apenas o comissário, o ministro, o funcionário desse último) pode ser democrático, aristocrático ou monárquico; mas essas denominações referem-se apenas à forma do poder executivo e jamais à fonte da soberania [...]

Bobbio (2007) comenta que há pelo menos três tipos clássicos de formas de governo. As formas podem ser percebidas na obra a ‘Política’, de Aristóteles. Bobbio (1980) comenta que esta obra aristotélica está dividida em 8 (oito) livros, sendo que dois deles tratam sobre as formas de governo (*politeia*). Em sua época, o filósofo entendia que existiam três formas de

governo (reino, aristocracia, *politia*) e três desvios (tirania, oligarquia, democracia)⁵, cuja tipologia era baseada no ‘quem’ e no ‘como’.

Em ‘O Príncipe’, Nicolau Maquiavel apresentava a ideia de diferentes formas de governo a partir da *virtú*, da ‘fortuna’, da violência e do consentimento do povo. Simplificando cada uma delas, segundo Bobbio (1980), a *virtú* pode ser entendida como coragem, valor e capacidade política. A fortuna é ocasionada pela sorte, pelo acaso, não havendo interferência da vontade humana. O governo pautado na violência possui a figura do tirano. Por fim, sobre o consentimento, Bobbio (1980, p. 54) afirma que “[...] as formas boas são aquelas em que o governo não se baseia na violência, e sim no consentimento ou na vontade dos cidadãos; onde ele atua de acordo com leis estabelecidas, e não arbitrariamente [...]”.

Montesquieu trazia a compreensão de que o tempo e o espaço promoviam verdadeiras distinções nos governos estabelecidos nas sociedades. Ele compreendia a existência de três tipos de governo: o republicano, o monárquico e o despótico. “[...] O governo republicano é aquele no qual todo o povo, ou pelo menos uma parte dele, detém o poder supremo; o monárquico é aquele em que governa uma só pessoa, conforme as leis; no despótico, um só arrasta tudo e a todos com sua vontade [...]” (BOBBIO, 1980, p. 130).

De todas as formas de governo existentes, quer clássicas, quer modernas, discutimos na sequência a democracia voltada para o Brasil.

1.3 Democracia brasileira

A terceira entrada no *menu* é a democracia. De início, informamos que não é propósito deste artigo esgotar o assunto. A democracia é uma forma de governo bastante antiga. Na abordagem feita aqui, consideramos seu aspecto geral, sem delimitá-la em suas vertentes, por exemplo, democracia racial.

Morais (2013) enfatiza que não existe um modelo natural de democracia, já que ela é interpretada a partir dos seres humanos. Comparato (1985) explica que, na Grécia, Aristóteles compreendia a democracia como o regime de governo no qual a população detém o poder supremo. “[...] A democracia ateniense fundava-se na ideia de que todos os homens livres

⁵ Bobbio (1980) aponta que, atualmente, o termo ‘democracia’ possui valor positivo, diferente do entendimento na era da tradição clássica.

eram iguais [...]” (MORAIS, 2013, p. 79). Em outras palavras, tratava-se de uma democracia moldada na igualdade e na liberdade coletiva⁶.

Chatelet (2009), ao conceituar o termo democracia, afirmou que, na Grécia antiga, alguns filósofos, por exemplo, Heródoto, entendiam que um bom regime de governo era aquele comandado pela maioria (democracia). O autor menciona que Alexis de Tocqueville, filósofo político, ‘descobriu’ a democracia na América. Nesse sentido, Tocqueville (2005) discute o que pensava ser a manutenção da democracia nos Estados Unidos, principalmente em virtude das leis, dos hábitos e costumes. Ele passa a compreender, contudo, que as leis e os costumes, em sua observação, estavam sendo ditados pela maioria em detrimento da minoria,

[...] Quando um homem ou um partido sofrem uma injustiça nos Estados Unidos, a quem você quer que ele se dirija? A opinião pública? É ela que constitui a maioria. Ao corpo legislativo? Ele representa a maioria e obedece-lhe cegamente. Ao poder executivo? Ele é nomeado pela maioria e lhe serve de instrumento passivo. À força pública? A força pública não passa da maioria sob as armas. Ao júri? O júri é a maioria investida do direito de pronunciar sentenças [...] (TOCQUEVILLE, 2005, p. 296).

A dificuldade em se manter uma democracia nesse contexto é preservar a unificação de uma sociedade pluralista, com o devido respeito às crenças divergentes, buscando determinada estabilidade nas relações sem, contudo, ignorar os riscos de manipulação.

No Brasil, predomina a ideia de democracia representativa, o que pode ser constatado pelo Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

[...] Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte **para instituir um Estado Democrático**, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social [...]. (Grifos nossos).

Morais (2013) comenta que no contexto da democracia representativa existe tensão entre a defesa dos direitos do indivíduo e a aceitação da liderança política. Isso pode ocorrer em virtude da presença de representante político⁷ cujo discurso, por vezes influenciado por aspectos históricos, geográficos, sociais, ideológicos, tem por intuito manter o controle de

⁶ Moraes (2013, p. 89) explica que a liberdade só terá sentido se permitir que o ser humano tenha capacidade de escolha.

⁷ Moraes (2013, p. 109) é categórico ao afirmar que “[...] os políticos agrupam-se em partidos, escolhem o que melhor lhes convém por motivos ideológicos, por vezes de maneira oportunista [...]”.

DEMOCRACIA À LA CARTE

todas as ações, colocando em risco à liberdade individual. Ele é enfático ao afirmar que interesses individuais e de grupos políticos determinam diretrizes para a democracia representativa, desfavorecendo a representação do povo e comandando o Estado com a exclusão de grupos, se necessário for.

O autor ainda faz alusão à democracia em Atenas para afirmar que o desenvolvimento da escrita e a sociedade letrada favoreceram à democracia.

1.4 Letramento e Discurso

Street e Lifestein (2007) mencionam que há diferentes formas de se compreender o letramento. Os autores se filiam ao letramento como prática social (*Literacy as social practice*). Nesse tipo de entendimento, as considerações ligadas à leitura e à escrita são focadas nos aspectos sociais vinculados a estas práticas. Não cabem nesse tipo de letramento encaminhamentos que veem a leitura apenas como decodificação pura e simplesmente e a escrita apenas como uma forma de registro ou de codificação de pensamentos e/ou pontos de vista. O que predomina aqui é a ideia de que a leitura e a escrita têm ligação com saber o que fazer com a letra para além da codificação e decodificação, favorecendo, com este saber, a entrada e a permanência do usuário na vivência social, como sujeito atuante e protagonista.

Os autores argumentam que o letramento enquanto prática social favorece a compreensão ideológica da linguagem, já que as habilidades de letramento no contexto social permitem ao indivíduo conhecer e compreender os variados tipos de letramentos (SCRIBNER, 1984). O letramento é complexo em virtude da dinâmica dos espaços sociais existentes e por ser uma construção sócio-cultural (STREET, 2009). Dito de outra forma, ele só se efetiva de fato nas práticas sociais, uma vez que é nesse contexto que a letra vai muito além de apenas servir como concretização de uma técnica, a de grafar símbolos alfabéticos meramente para codificação de algo. Fora dessas práticas, o letramento fica, no máximo, ligado exclusivamente a questões da alfabetização. Isso diminui drasticamente o efeito e o sentido que o termo tem na atualidade.

Barton e Hamilton (1998) discorrem sobre a ideia de letramentos locais, letramentos vernaculares e os letramentos institucionais. Nesse último, explicam que se trata de letramentos mais formalizados, controlados por autoridades.

Em que pese ao discurso, a esfera, o grupo social e o momento histórico são fatores que influenciam a língua e a sociedade em geral. Isso significa que tudo o que é dito, seja por quem for, tem um peso enorme, mas precisa estar vinculado a essas questões (esfera, grupo social e momento histórico). A pessoa que não leva isso em consideração corre o risco de não ter o efeito que esperava sobre o que diz, ou, pior ainda, pode ser vista como alguém que está tentando manipular o outro, uma vez que faltou o “filtro” ligado aos aspectos extralinguísticos mencionados há pouco. Dito de outra forma: a pessoa diz o que quer, em qualquer circunstância, direcionado a qualquer pessoa ou grupo.

A palavra veicula a ideologia (BAKHTIN, 2006). Para Bakhtin (2006), a palavra é o signo ideológico por excelência. Isso significa que ela registra as menores variações das relações sociais. Nesse sentido, a forma como um líder (no caso o Presidente da República) usa as palavras não só indica sua ideologia (por mais que ele diga que seu governo quer combater ideologias) como também aquilo que ele, de algum modo, quer imprimir no grupo social sob seu mandato. Outro aspecto ligado a isto diz respeito à prática da subjetividade do Presidente. A forma como ele se comporta, a partir da exteriorização de suas ideias (muitas delas carregadas de equívocos e preconceitos), indica o que ele tem internamente dentro de si e de que modo esta subjetividade interna modela suas atitudes e palavras.

Bakhtin (2006) diz, ainda, que mesmo a chamada ‘ideologia do cotidiano’, exprimida na vida corrente, é o primeiro passo para que se formem e se renovem as ideologias constituídas. Isso significa que, mesmo as ideologias de pessoas que não ocupam cargos de liderança, ou que não têm nenhuma projeção social, em algum momento, podem se tornar o suprasumo dos pontos de vista ideológicos de um grupo social. Segundo o filósofo da linguagem, “a consciência, portanto, o pensamento, a ‘atividade mental’, que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia” (BAKHTIN, 2006, p. 16) e também pela subjetividade de cada um. Isso nos mostra o quanto a veiculação de uma ideologia tem poder, considerando o ponto de vista da linguagem, especialmente porque somos animais linguísticos.

1.5 Apresentando e discutindo os dados

A coleção de onde retiramos o exemplo ilustrativo para algumas de nossas considerações é *Time to share*, de Gisele Aga e Vicente Martinez, Editora Saraiva Educação, adotada no triênio 2017-2019, na cidade de Jataí (sudoeste do estado de) Goiás. Está dividida em 4 (quatro) volumes, cada uma com oito unidades temáticas. Cada unidade traz as divisões: *Reading Comprehension, Focus on Vocabulary, Language in Use, Listening Comprehension, Speaking, Writing*. Segundo o Manual do Professor, no aspecto da linguagem, a obra tem como norte a abordagem sociointeracionista. A coleção apresenta textos e atividades cuja pretensão é enfatizar funções comunicativas, conteúdos linguísticos, gênero do discurso e temas transversais. O Guia do PNLD informa que os textos presentes na coleção favorecem o estudo da diversidade social, étnica e de gênero.

O exemplo ilustrativo encontra-se no volume 8 da coleção, onde aparece um texto para ser trabalhado com os alunos em sala de aula cujo título é *Life with my two dads* (Minha vida com meus dois pais – Tradução livre). No texto, Camryn Crump conta a experiência que teve em sua infância ao viver num lar considerado anormal pela sociedade. Ela explica que teve dois pais. Na relação, Camryn percebeu momentos de embaraço, de questionamento, de aprendizagem, mas, sobretudo, ela se diz orgulhosa. Ela expõe sua opinião ao afirmar que acredita ser importante que pessoas do mesmo sexo possam adotar e cuidar de crianças e serem tratadas como qualquer casal heterossexual.

Reproduzimos o texto na sequência.

Reading

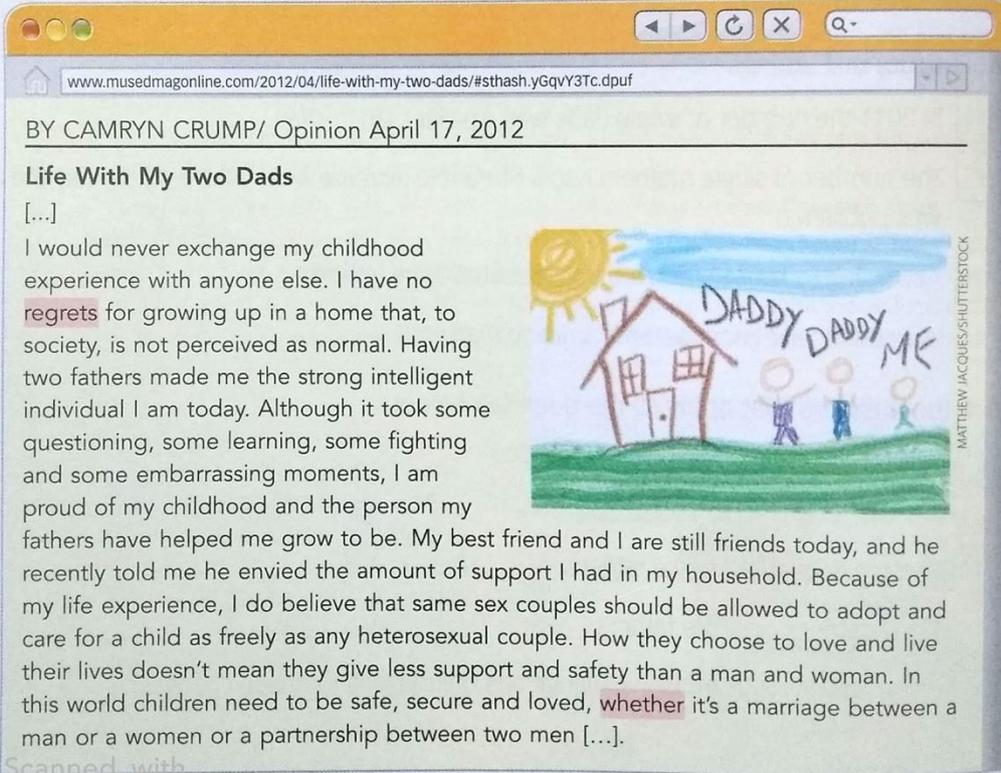
3 Scan the testimonial and answer the questions.

a. Is the author still a child?

No, he isn't.

b. Which part of the testimonial supports your answer?

"... the person my fathers have helped me grow to be."



BY CAMRYN CRUMP/ Opinion April 17, 2012

Life With My Two Dads

[...]

I would never exchange my childhood experience with anyone else. I have no regrets for growing up in a home that, to society, is not perceived as normal. Having two fathers made me the strong intelligent individual I am today. Although it took some questioning, some learning, some fighting and some embarrassing moments, I am proud of my childhood and the person my fathers have helped me grow to be. My best friend and I are still friends today, and he recently told me he envied the amount of support I had in my household. Because of my life experience, I do believe that same sex couples should be allowed to adopt and care for a child as freely as any heterosexual couple. How they choose to love and live their lives doesn't mean they give less support and safety than a man and woman. In this world children need to be safe, secure and loved, whether it's a marriage between a man or a women or a partnership between two men [...].

CS Scanned with

Extracted from: <www.musedmagonline.com/2012/04/life-with-my-two-dads/#sthash.yGqVY3Tc.dpuf>. Accessed on: Mar. 13, 2015

Figura 1: Texto 'Life with my two dads'
Fonte: Volume 8 - Unit 8 (p. 124)

No letramento institucionalizado do Estado, a CRFB/88 preceitua que a dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito (art. 1º, inciso III). Em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), houve o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar. Nele, é possível observar o discurso do Estado.

[...] Reconhecimento e qualificação da união homoafetiva como entidade familiar. O STF – apoiando-se em valiosa hermenêutica construtiva e invocando princípios essenciais (como os da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da autodeterminação, da igualdade, do pluralismo, da intimidade, da não discriminação e da busca da felicidade) – reconhece assistir, a qualquer pessoa, o direito fundamental à orientação sexual, havendo proclamado, por isso mesmo, a plena legitimidade ético-jurídica da união homoafetiva como entidade familiar, atribuindo-lhe, em consequência, verdadeiro estatuto de cidadania, em ordem a permitir que se extraiam, em favor de parceiros homossexuais, relevantes consequências no plano do direito, notadamente no campo previdenciário, e, também, na esfera das relações sociais e familiares [...].

[**RE 477.554 AgR**, rel. min. Celso de Mello, j. 16-8-2011, 2ª T, *DJE* de 26-8-2011.]

Vide ADI 4.277 e ADPF 132, rel. min. Ayres Britto, j. 5-5-2011, P, *DJE* de 14-10-2011

Como se percebe, os ditames da Constituição e o entendimento jurisprudencial do país promulgam pelo reconhecimento e respeito às diferenças de gênero e de organização familiar. Nesse mesmo alinhamento, percebemos a coleção em observação, ao apresentar um texto em que o foco da discussão é a relação parental entre uma criança e um casal de homens. Isso nos leva a concluir que o material didático adotado pelas escolas públicas está indo ao encontro do pensamento constitucional, o que consideramos altamente positivo.

No discurso utilizado pelo Governo Federal atual, é possível perceber um alinhamento oposto ao encontrado no Estado e na coleção em observação, o que consideramos altamente negativo.

Na sequência, apresentamos trechos do discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a cerimônia de recebimento da faixa presidencial, em 1º de janeiro de 2019⁸:

⁸ O discurso pode ser acessado em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>.

Trecho 1 [...] Não podemos deixar que **ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros**. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade [...]. (Grifos nossos)

Trecho 2 [...] E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e **as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais** que transformarão nosso Brasil [...]. (Grifos nossos)

Trecho 3 [...] Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e **da desconstrução da família** [...]. (Grifos nossos)

No trecho do discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na sequência, durante a Cerimônia alusiva ao Dia Internacional da Mulher, no dia 08 de março de 2019⁹, é possível notar alinhamento semelhante ao apresentado anteriormente:

Trecho 4 [...] Está na Bíblia também que a mulher sábia edifica o lar. Nós vivemos momentos de reflexão no Brasil, a própria eleição minha diz isso. Respeitando todos aqueles que por ventura votaram no outro candidato ou tiveram outras opções, o que eu vejo de mais sagrado numa pátria, numa nação, é a unicidade familiar. A família é a célula da sociedade, uma família unida, uma família responsável, **uma família com princípios e com valores edifica uma nação, e em grande parte do nosso País as famílias são dessa natureza** [...]. (Grifos nossos)

Na fala do Presidente da República, na sequência, durante o discurso no *Brazil Day in Washington*, no dia 18 de março de 2019¹⁰, é possível continuar observando o alinhamento diferente daquele apresentado pelo Estado:

Trecho 5 [...] Acreditamos na família, acreditamos em Deus, somos contra o politicamente correto, **não queremos a ideologia de gênero** e queremos, sim, um mundo de paz e liberdade [...]. (Grifos nossos)

Na sequência, um trecho do discurso do Presidente da República, durante a solenidade alusiva aos 100 dias de governo, no dia 11 de abril de 2019¹¹:

Trecho 6 [...] Uma das diretrizes do nosso Governo é trabalhar **com foco na valorização da família**, nos valores cristãos, numa educação de qualidade e **sem viés ideológico** [...]. (Grifos nossos)

⁹ O discurso pode ser acessado em http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/copy_of_cerimonia-alusiva-ao-dia-internacional-da-mulher.

¹⁰ O discurso pode ser acesso em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-201cbrazil-day-in-washington201d-washington-eua>.

¹¹ O discurso pode ser acesso em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-durante-a-solenidade-alusiva-aos-100-dias-de-governo-palacio-do-planalto-brasilia-df>.

Como dito no resumo, um dos objetivos deste artigo é contrastar os discursos de Estado e de Governo sobre a família, associando à atividade apresentada. Como visto há pouco, o Estado é formado por agrupamentos distintos, os quais estão inseridos numa sociedade altamente complexa. Os membros que compõem o Estado precisam ter ações que busquem o bem comum entre os indivíduos. Nesse sentido, quando a CRFB/88 determina que o Estado precisa zelar pelo respeito à dignidade das pessoas e se verifica que decisões judiciais da mais alta Corte de Justiça do Brasil sinalizam para o reconhecimento das diversas formas de organização familiar, percebe-se que o discurso apresentado não privilegia uma única ideologia.

Na ótica bakhtiniana, a ideologia deve ser compreendida no contexto de sua realidade histórica, a qual é mutável, pois pode variar a depender do lugar social que o indivíduo ocupa. Fiorin (1998, p. 30) argumenta que “[...] a ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores [...]”.

A ideologia está intrinsecamente inserida na linguagem. Assim, quando o Estado se manifesta a favor das diversas formas de organização familiar, acaba por reconhecer o respeito às crenças divergentes, buscando unificar uma sociedade pluralista, típica característica da democracia.

Por outro lado, os discursos apresentados pelo Governo contêm letramentos institucionalizados capazes de privilegiarem um grupo social ou uma esfera em detrimento de outros. Quando o líder-mor anuncia que é necessário combater “ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias”, dá-se a entender que qualquer outro tipo de organização familiar que não seja a tradicional (pai, mãe, filhos) pode destruir valores. Nota-se a limitação do pensamento do Presidente ao tentar impor uma unidade impossível de ser instaurada, já que somos seres plurais e esta pluralidade é um dos elementos que nos torna diferentes dos demais animais. É justamente a pluralidade e a contradição o que dá vida aos seres humanos como tais, sem contar que é a pluralidade que indica a inexistência de uma verdade única.

No trecho 4, apresentado há pouco, é perceptível a impossibilidade de unidade como o Presidente quer. Quando ele se refere à Bíblia, traz para a sua voz uma outra, concretizando um outro patamar inerente à linguagem: a polifonia. Isso significa dizer que a homofonia (a

unidade) é impraticável também na linguagem viva, mais um indicativo da impossibilidade de haver unidade na dispersão.

No trecho 2, é perceptível o discurso apontado para um grupo ideológico: “Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais”. Compreendemos que escrever a respeito da Ética não é tarefa fácil, dada a sua complexidade. Tugendhat (1996, p. 11) disse que “[...] Já faz alguns anos que me ocupo em tentar compreender a problemática ética, e vejo-me sempre de novo fadado ao fracasso [...]”. O autor exemplifica em sua obra que tanto nas relações humanas, no ambiente político, na justiça social, em discussões políticas de grupos particulares ou marginalizados, na religião, na educação ou, ainda, em questões de ecologia, a reflexão sobre a Ética tem fundamentação variada. Isso nos permite entender a inexistência de uma ética absoluta, cujos limites sejam padronizados e bem delimitados para todas as situações da vida social.

Novamente é possível perceber que o discurso do Governo, ao dizer “[...] da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família [...]”, destoa do apresentado pelo Estado, que reconhece o direito de existência e permanência com dignidade de organizações familiares.

No segundo objetivo, propusemos verificar se o letramento institucionalizado utilizado pelo Governo atual favorece a criticidade. Street e Bagno (2006, p. 466) explicam que “[...] as práticas de letramento são constitutivas da identidade e da personalidade [...]”. Os autores afirmam que, independente da forma de leitura e escrita, não é possível que tais práticas estejam distantes de “determinadas identidades e expectativas sociais”, ou seja, o letramento é um fenômeno social. Sob essa ótica, segundo Silva (1998, p. 22),

[...] a leitura crítica encontra a sua principal razão de ser nas lutas em direção à transformação da realidade brasileira, levando o cidadão a compreender as raízes históricas das contradições e a buscar, pela ação concreta, uma sociedade onde os benefícios do trabalho produtivo e, portanto, da riqueza nacional não sejam privilégios de uma minoria.

Ao compreendermos que o letramento crítico possibilita que o indivíduo enxergue a sociedade em transformação e que as identidades se modificam a depender do contexto histórico, social e político, por exemplo, percebe-se que o discurso proposto pelo letramento institucionalizado governamental não favorece a criticidade, pois a ideia posta é única. Isso é nitidamente perceptível quando o Governo diz que “[...] acreditamos na família, acreditamos em Deus, somos contra o politicamente correto, não queremos a ideologia de gênero e

queremos sim, um mundo de paz e liberdade [...]”. Mais uma vez, afirmamos, também, a questão da pluralidade, da diversidade e da multiplicidade, inerentes aos humanos e à linguagem. Para Bakhtin (1997, p. 353), “[...] o ponto de vista neutralizado é estéril [...]”. Com isso, percebe-se que a neutralidade também não existe.

SOBREMESA¹²

Com este artigo, foi possível verificar que o discurso de Estado e o discurso de Governo, referente ao tema família, atualmente, são destoantes. No letramento estatal, de cunho institucionalizado, verificamos clara defesa da multiplicidade da organização familiar. Isso pode ser reforçado por constituir objetivo fundamental do Brasil a promoção do bem de todos, respeitando as origens, raça, sexo, cor, idade e combatendo quaisquer formas de discriminação (art. 2º, IV), a partir do disposto na CRFB/88.

Por outro lado, no letramento governamental, também de cunho institucionalizado, mas com uma grande tentativa de unificação de pontos de vista, tendo o do Presidente como o ‘modelo’ a ser seguido, é possível verificar que as formas de organização familiar, para além da tradicional (pai, mãe, filhos), podem não ser plenamente aceitas. Nesse sentido, o discurso posto pelo governo, ao dizer “[...] queremos sim, um mundo de paz e liberdade [...]”¹³ pode estar esvaziado de eficácia no que diz respeito à liberdade, visto a complexidade da sociedade brasileira que possui a atuação de diferentes grupos. A partir do momento em que alguns grupos não são ‘reconhecidos’ pelo Governo, há possibilidade de haver menos políticas públicas para determinada classe. A liberdade nesse caso parece estar mitigada.

Para concluir, vê-se que os letramentos contidos nos discursos de Estado e do Governo atual são diferentes no que diz respeito à família. O Estado apresenta um discurso mais democrático. E, a partir da fala presidencial destacada neste artigo, nota-se que a criticidade, em respeito aos diferentes grupos familiares, está limitada à ideia enunciada pelo Governo, a qual pode ser estabelecida a partir do uso de alguns termos – como valores éticos

¹² Seguindo a lógica proposta ao longo deste artigo, de apresentar a discussão em analogia ao gênero *menu*, proponho substituir Considerações Finais por Sobremesa, ou seja, após as entradas (petiscos) e a refeição principal (desenvolvimento), serve-se a sobremesa (considerações finais).

¹³ Trecho do discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante o discurso no *Brazil Day in Washington*, no dia 18 de março de 2019.

e morais, destruição da família, família com princípios – de forma que, como dissemos anteriormente, as palavras não são esvaziadas de ideologia, muito menos de significação.

Nesse sentido, Bakhtin (2006, p. 14) nos diz que “[...] a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios [...]”. Diz, ainda, que “o signo é, por natureza, vivo e móvel, plurivalente; a classe dominante tem interesse em torná-lo monovalente” (p. 15). As palavras do autor nos mostram, mais uma vez, a inexistência de qualquer possibilidade de unidade, por mais que, como o próprio filósofo diz, a classe dominante tente promover isso.

Este artigo contribui com os estudos realizados pelo Grupo de Estudos sobre Materiais Didáticos, Ensino e Avaliação – GEMDAV (CNPq).

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 12ª edição, São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. — 2ª ed. — São Paulo Martins Fontes, 1997— (Coleção Ensino Superior). Título original: Estetika slovesnogo tvortchestva. ISBN 85-336-0616-8.

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. ISBN: 972-44-0898-1.

BARTON, D.; HAMILTON, M. **Local literacies: Reading and writing in one community**. London & New York: Routledge, 1998. 299p

MORAIS, J. **Criar leitores para uma sociedade democrática**. Disponível em < <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/download/4539/3190>>. Acesso em 17 de dezembro de 2019.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. Coleção Pensamento Crítico, vol. 69. ISBN: 978-85-7753-017-5.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOBBIO, N. **A teoria das formas de governo**. Universidade de Brasília, 1980.

CHATELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. **História das ideias políticas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

COMPARATO, F. K. **Constituinte e democracia no Brasil**. Editora brasiliense, 2ª edição, 1985.

DALARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. Editora Saraiva, 2ª edição, atualizada, 1998.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. Série Princípios. 6ªed. Editora Ática. 1998. São Paulo-SP. ISBN 8508029853.

LOPES, A. L. **Noções de Teoria Geral do Estado - roteiro de estudos**. Belo Horizonte, BH, 2010.

REALE, M. **Teoria do direito e do Estado**. 5ª ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2000. ISBN: 85-02-03087-6.

SCRIBNER, S. Literacy in three metaphors. **American Journal of Education**, vol. 93, nº1, The Development of Literacy in the American Schools. (Nov., 1984), PP. 6-21. Disponível em < <http://links.jstor.org/sici?sici=0195->

6744%28198411%2993%3A1%3C6%3ALITM%3E2.0.CO%3B2-Z>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

SILVA, E. T. **Criticidade e leitura: ensaios**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998.

STREET, B.; BAGNO, M. **Perspectivas interculturais sobre o letramento**. Filologia e linguística portuguesa, n. 8, p. 465-488, 2006. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59767>. Acesso em 02 de março de 2018.

STREET, B.; LEFSTEIN, A. **Literacy: an advanced resource book**. Published by Routledge. USA. New York. 2007. ISBN: 0-203-46399-4.

STREET, B. The future of 'social literacies'. In: BAYNHAM, M.; PRINSLOO, M. **The future of literacy studies**. Palgrave Macmillan. 1st edition 2009. ISBN 978-0-230-55371-2.

TFOUNI, L. V.; MONTE-SERRAT, D. M. Letramento e discurso jurídico. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Diálogos Internacionais, n. 40, p. 97-116, 2010.

TIME TO SHARE. Organizadora Editora Saraiva. Editor responsável Vicente Martínez. Coordenadora Gisele Aga. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. ISBN: 978-85-02-63128-1 (Professor).

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América: leis e costumes de certas leis e de certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. Tradução Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN: 85-336-2170-1.

TORRES, J. C. O. **A democracia coroadada [recurso eletrônico]: teoria política do Império do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Versão PDF. ISBN: 978-85-402-0667-0. Modo de acesso: livraria.camara.leg.br.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Tradução grupo de doutorandos do curso de pós-graduação em Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul: revisão e organização da tradução Ernildo Stein e Ronai Rocha. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.